Apresentação

Márcia Cabral da Silva
Estela Natalina Mantovani Bertolotti
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, M.C., and BERTOLETTI, E.N.M., orgs. Apresentação. In: *Literatura, leitura e educação* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 9-19. Pesquisa em educação/ Práticas de leitura e escrita series. ISBN 978-85-7511-497-1. Available from: doi: [10.7476/9788575114971.0001](https://doi.org/10.7476/9788575114971.0001). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/5gg44/epub/silva-9788575114971.epub>

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

Márcia Cabral da Silva
Estela Natalina Mantovani Bertoletti

Os textos aqui reunidos têm origem em um dossiê organizado para a revista *Teias* em 2015,¹ com o eixo central em torno de três temáticas básicas: literatura, infância e educação. Em virtude do profícuo debate desenvolvido naquele momento, as organizadoras optaram por manter o mesmo eixo nesta publicação, associando-o, contudo, às discussões contemporâneas acerca da leitura literária na escola, assim como à formação de professores, mediadores fundamentais na relação entre literatura, leitura e leitor.

Trata-se, portanto, de um investimento de pesquisadores cujo objeto de estudo tem sido a literatura destinada à infância e ao jovem, assim como as práticas de leitura no âmbito da escola e da vida social. Como é possível o leitor constatar, reuniu-se uma mostra representativa de pesquisas nas interfaces dos estudos de literatura e leitura, fruto da interlocução entre grupos de pesquisa consolidados em diferentes instituições brasileiras de ensino público, como, por exemplo, o Grupo de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (GPHELLB) – Unesp, o Grupo de Pesquisa Infância Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL) – UERJ, o grupo de pesquisa Centro de Estudos em Ensino, Leitura, Literatura e Escrita (CEELLE) – UFGD,

¹ Revista *Teias*, v. 16, n. 40, 2015, Proped – UERJ. Disponível em <http://www.periodicos.proped.pro>.

o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB) – UEMS, o grupo de pesquisa Linguagens na Educação, da Faculdade de Educação da USP e grupo de pesquisa Infância, Linguagem e Escola – UFRJ. Tal interlocução pôde ser ampliada em múltiplas perspectivas que resultaram na consecução desta obra: o debate frequente em fóruns acadêmicos, a formação de professores, a orientação acadêmica e os resultados do estágio de pós-doutoramento.

Ao longo dos anos, as reflexões reconfiguradas para este livro dizem respeito à produção de docentes e pesquisadores das seguintes universidades: Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

A relação da criança com o livro de ficção tem conhecido um percurso híbrido na historiografia da literatura infantil brasileira. Nas primeiras décadas do período republicano, por exemplo, houve um incremento considerável na produção, como resultado das políticas de alfabetização nos meios urbanos. No entanto, com frequência, os livros de poesia e de contos eram pensados para leitura na escola, em complemento aos programas curriculares.

Nos capítulos que se seguem, embora sem a pretensão de cobrir a totalidade dessa produção, o foco está voltado a diferentes abordagens e recortes temporais, de modo a dar maior visibilidade à relação entre literatura, leitura e educação. De um modo ou de outro, buscam-se compreender as rupturas e as permanências relativas a um objeto cultural – o livro de ficção – que, tendo sido frequen-

temente apropriado pela escola, guarda proximidade com a arte e a vida social.

Nesse contexto, a fim de problematizar um primeiro conjunto de questões que dizem respeito à condição literária do livro infantil, convém estabelecer algumas aproximações com a literatura de caráter geral.

Em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1981), publicado pela primeira vez em 1959, o professor e crítico literário Antonio Candido discorre acerca da historiografia literária brasileira, com ênfase para os períodos do arcadismo e do romantismo. Segundo a visão de Candido, importa chamar a atenção para esses momentos decisivos, uma vez que, nos séculos XVI, com os autos e cantos de José de Anchieta, e com as primeiras academias do século XVIII, conheceríamos apenas *manifestações literárias*, e não um sistema literário propriamente dito, o que seria facultado posteriormente, com os homens de letras, a partir da metade do século XVIII e, de um modo mais nítido, na primeira metade do século XIX. Ainda de acordo com a visão de Candido, “trata-se [...] de averiguar quando e como se definiu uma continuidade ininterrupta de obras e autores, cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária” (idem, p. 25). Assim, para o delineamento de uma tese tão original aos estudos literários, ele opera com a tríade autor-obra-público. Desse modo, sublinha a possibilidade de se configurar *um sistema literário* em solo brasileiro, o qual se estruturou notadamente no período romântico, favorecido pelas circunstâncias do meio social, da história, da produção e da formação. Em fragmento expressivo extraído desse estudo, lê-se:

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e por que se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo *manifestações literárias* de literatura propria-

mente dita, considerada aqui um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Esses denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos) que liga uns a outros. *O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura*, que aparece, sob esse ângulo, como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade (Candido, 1981, pp. 23-4).

Desse fragmento, importa, sobretudo, reter a noção de sistema literário passível de identificação a partir da sistematização de três elementos principais elencados pelo autor: a) um conjunto de produtores literários mais ou menos conscientes de seu papel; b) um conjunto de receptores, formando os diferentes públicos, sem os quais a obra não vive; c) um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos) que liga uns a outros.

Assim, para se conhecer a literatura infantil brasileira à luz dessa tese, poderíamos, igualmente, indagar: a) Houve ou tem havido um conjunto de produtores mais ou menos conscientes de seu papel? b) É possível identificar um conjunto bem delimitado de receptores nas diferentes épocas relacionadas à conformação da literatura infantil no Brasil? c) Quais são, afinal, os mecanismos transmissores?

Embora não configuradas da mesma maneira, essas questões têm sido recorrentes nas pesquisas que abordam o tema. À guisa de ilustração, salienta-se o estudo “Como aperfeiçoar a literatura infantil”, de Manuel Bergström Lourenço Filho (1943). Nele, o autor acentua o material literário já identificado no Brasil, assim como alguns aspectos de sua evolução. Assim, anota uma primeira fase relacionada a alguns títulos publicados em Portugal e demarca o campo da literatura infantil genuinamente nacional a partir de 1894, com o investimento da Livraria Quaresma Editora, ao publicar *Contos da carochinha*, de Figueiredo Pimentel. Essa primeira fase, se aferida pela circulação dos livros, conforme o autor, já era positivamente avaliada, visto que, no prefácio da 18ª edição, datada de 1931, esclarece-se que a primeira impressão, de 14 abril de 1894, esgotou-se em menos de um mês, acrescentando o fato de que cerca de cem mil volumes haviam sido impressos naquele período de 47 anos.

Na perspectiva de seu balanço, os livros eram poucos – ainda que levemos em conta a produção didática, ou seja, aquela destinada expressamente às escolas primárias da época – e pecavam em qualidade. Menciona o investimento nas traduções em ampla escala, além de uma coleção destinada ao público infantil, mais planejada, como foi o caso da *Biblioteca infantil*, organizada por Arnaldo de Oliveira Barreto e composta por mais de cinquenta volumes, pela Weiszflog & Irmãos, de São Paulo (que, mais tarde, viria a se chamar Melhoramentos). Deve-se notar, ao lado desse mapeamento, a produção de álbuns de gravura, com pouco texto, destinado ao público infantil com menos idade.

Uma segunda fase pôde ser identificada pelo autor a partir de 1921, com a publicação do livro *Narizinho arrebitado*, de Monteiro Lobato, que deu continuidade a esse projeto, além de se investir na tradução e na adaptação de autores nacionais e estrangeiros, inclusive nos clássicos. O balanço feito por Lourenço Filho

também levava em conta uma terceira fase, compreendida entre os anos 1920 e 1940, quando, a seu ver, já haveria uma produção marcada por livros originais em maior volume e autores mais qualificados. Em outras palavras, já seria possível mencionar “[...] uma literatura infantil perfeitamente caracterizada em nosso país” (Lourenço Filho, 1943, p. 153). Nesse sentido, em face desse estudo e de tantos outros com que os artigos reunidos neste livro buscam dialogar, é possível considerar a tese proposta por Antonio Candido, quanto à noção de um *sistema literário*, aplicada à literatura infantil e à literatura juvenil brasileiras.

Outro conjunto de questões diz respeito à ampla produção de livros na sociedade brasileira contemporânea e, por conseguinte, à problemática da lógica de mercado. Nesse contexto, Fernando de Azevedo, em *A formação e a conquista do público infantil* (1952), traz algumas contribuições originais e adverte para a necessidade de se analisarem os livros de literatura infantil com ênfase na produção. Nessa linha, enfatiza os inquéritos realizados pelos estudiosos que privilegiavam o gosto infantil. No entanto, a ampla produção identificada por ele nos anos 1950 aponta alguns paradoxos: a diversificação da produção para um público que se avoluma e que é “flutuante”, e a competição para a conquista de um público-leitor, regida amplamente pelas leis de mercado. Segundo avalia Azevedo:

Todo mundo se acha com direito de escrever para crianças e de tentar o novo gênero. Pois, se não tem público quando se dirige a adultos, por que não se aventurarem ao público infantil? Essa tendência que pode ser e é, de fato, inicialmente refreada pelas grandes empresas editoras, já seriamente preocupadas em “selecionar”, pressupõe a noção de todo ponto falsa de que crianças aceitam tudo, em matéria de literatura. Produção, portanto, intensa, numerosa, desigual (Azevedo, 1952, pp. 55-6).

Diante de tantos e tamanhos problemas e impasses constitutivos da literatura infantil e juvenil brasileiras, a perspectiva dos estudos aqui reunidos põe em cena as relações entre literatura, leitura e educação. Com maior ou menor ênfase, os textos que compõem esta obra podem ser reunidos em três conjuntos: a) um conjunto que se ocupa de delimitar, definir, determinar e avaliar o campo; b) um conjunto que busca discutir o objeto de leitura para crianças e jovens, e que circula em livros, revistas, acervos ou coleções; c) e um terceiro que problematiza a leitura literária em suas relações com a educação e o ensino.

No primeiro conjunto, em “Produção acadêmica brasileira *sobre* literatura infantil (1970-2016): desafios de um campo em constituição”, Maria do Rosário Longo Mortatti e Fernando Rodrigues de Oliveira analisam dissertações e teses que abordam a literatura infantil, defendidas entre 1970 e 2016, com o objetivo de compreender a produção acadêmica sobre o tema nesse período, focalizando três aspectos: crescimento quantitativo, distribuição por áreas de conhecimento e distribuição por regiões geográficas/ estados brasileiros. Com isso, apontam avanços e contradições na produção examinada em consonância com o conjunto de questões postas pelo movimento de constituição do campo da literatura infantil em relação à criação e à expansão da pós-graduação no Brasil.

Nesse conjunto ainda, Márcia Cabral da Silva tece considerações a respeito de inflexões no campo historiográfico, no artigo “Literatura infantil brasileira: conceitos e problemas à luz dos estudos de Leonardo Arroyo e Cecília Meireles”. Segundo Silva, trata-se de dois estudiosos com trabalhos originais para a configuração desse campo de investigação. Por um lado, o estudo de base sociológica desenvolvido por Leonardo Arroyo nos anos 1950 recorre a uma metodologia ancorada em diversas fontes documentais, como, por exemplo, catálogos antigos, narrativas memorialísticas e

livros infantis de outras épocas, o que possibilita encontrar vestígios da produção e de práticas de leitura dos livros de ficção voltados à infância de outras épocas. Além disso, observa as conferências proferidas por Cecília Meireles para os professores nos anos 1940, com destaque principalmente para dois aspectos: a) o lugar de autoridade reservado ao leitor infantil; b) a contribuição das ideias das crianças para a produção de material literário.

No conjunto que se ocupa dos objetos de leitura, um material pouco conhecido entre os leitores de hoje – designado como paleógrafo ou livro de leitura manuscrita –, mas de grande importância para a formação de leitores, é recuperado por Estela Natalina Mantovani Bertoletti: “Literatura manuscrita nas leituras para a infância brasileira (1901-1955)”. A partir da análise dos textos e autores que compõem o livro *Leitura manuscrita – lições coligidas*, a autora busca compreender o que se destinava à leitura na escola brasileira, na primeira metade do século XX, e, desse modo, o que se projetava na formação de leitores no contexto escolar.

No artigo “*O Tico-Tico*: espaço de entretenimento e representação da prática escolar republicana”, Cíntia Borges de Almeida e Aline Santos Costa lançam luz às representações de infância e literatura em poemas e contos veiculados na revista *O Tico-Tico*. Segundo elas, a imprensa das primeiras décadas republicanas representava um veículo importante para a conformação de práticas sociais de leitura que visavam civilizar e moldar as crianças, atuando, ao lado de outras formas escolares, no processo educacional da sociedade da época.

Vivianny Bessão de Asis contribui com o artigo “*Estória do galo e do Candimba*, de Leonardo Arroyo (1961): contradições e renovação na literatura infantil brasileira”. De acordo com Bessão, é possível compreender, no livro analisado, vários aspectos da transição de um modelo de literatura infantil associado à tradição de uma época e o início de uma nova tendência na produção literária para

a infância, desencadeada por mudanças culturais na década de 1960, as quais se perpetuam ainda hoje.

Na sequência, três estudos enfatizam obras selecionadas no âmbito das políticas públicas relacionadas aos livros de literatura destinados às escolas públicas brasileiras. No primeiro deles, “Literatura em minha casa: a seleção de livros para crianças”, de Célia Regina Delácio Fernandes e Flávia Ferreira de Paula, analisam-se os acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), nas edições de 2001, 2002 e 2003 – anos que correspondem ao projeto “Literatura em Minha Casa”. Nesse estudo, as autoras buscam compreender como a qualidade dos livros subsidia os critérios de seleção para as compras governamentais, com especial relevo para as obras que se repetem, a localização geográfica das editoras envolvidas, os autores e ilustradores recorrentes, as temáticas mais frequentes, o espaço físico no qual as histórias se passam, a pluralidade étnica, os elementos culturais e as imagens do regionalismo brasileiro presentes nos livros escolhidos para os acervos.

A seguir, Mirian Hisae Yaegashi Zappone, em “Literatura juvenil brasileira: espaço e representação social em acervo do PNBE”, traz, em acréscimo, dados atuais e originais. Zappone seleciona as narrativas representativas que compuseram o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) de 2013 para os anos finais do ensino fundamental, com vistas à análise em tela. Segundo a autora, o exame ancorou-se na metodologia qualiquantitativa, desenvolvida por Dalcastagnè (2007), e baseou-se em um levantamento da representação dos grupos sociais identificados.

No terceiro artigo desse conjunto, “Infância e literatura: entre conceitos, palavras e imagens”, de Patrícia Corsino, destaca-se o diálogo entre infância e literatura, na perspectiva de se compreenderem a literatura infantil como arte e o livro infantil contemporâneo como espaço de articulação entre a arte da palavra e a literatura, e as artes visuais e a arte de design gráfico

editorial, analisando essas relações em um livro que também compõe o acervo do PNBE de 2006, intitulado *Raposa*, de Margaret Wild e Ron Brooks. Nessa linha, apresenta os conceitos de infância e literatura segundo uma abordagem histórica, com vistas a dialogar com as seis propostas de Ítalo Calvino e com o direito à literatura, defendido por Antonio Candido.

No último conjunto, o artigo “Leituras literárias em grupo: experiências, desafios e objetivos”, de Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oliveira, traz importantes contribuições para os estudos contemporâneos sobre a leitura de literatura, ao se voltar para a didática da literatura, para a leitura literária e para a formação do leitor na escola. No texto, as autoras colhem três situações de leitura em grupo para discutir as possibilidades de se traçar um percurso que leve à emergência e à manifestação do sujeito-leitor.

Aos estudos relacionados à leitura literária, especialmente de poemas, soma-se a pesquisa realizada por Nínia Parreiras, que, além de nos apresentar os primeiros poemas e poetas que se ocuparam de escrever para crianças a partir do conceito de poesia, focaliza o livro organizado por Leo Cunha, *Poesia para crianças, conceitos, tendências e práticas*, obra que reúne seis artigos de cinco autores sobre poesia para a infância. O livro está organizado em capítulos autônomos que, segundo Parreiras, podem ser lidos separadamente, embora abordem conteúdos relacionados à poesia na vida da criança.

Assim, convidamos os leitores interessados na estreita e complexa relação entre literatura, leitura e educação a enveredar por esta obra tecida a várias mãos, compartilhando conosco reflexões, indagações e (bons) problemas que venham a compor e contribuir para o alargamento e a verticalização do campo pelo qual circulam e dialogam esses vetores, bem como para a qualificação da produção de livros que a eles correspondam.

Este livro contou com o financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj), por meio de recursos oriundos da bolsa “Jovem Cientista do Nosso Estado”.

Boa leitura!